

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS HUMANAS - HISTÓRIA

LEILA MARA COSTA ARAUJO

**UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A EXCLUSÃO DAS MULHERES NEGRAS NO
BRASIL**

PINHEIRO
2020

LEILA MARA COSTA ARAUJO

**UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A EXCLUSÃO DAS MULHERES NEGRAS NO
BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas - História da Universidade Federal do Maranhão, como exigência obrigatória para obtenção do Título de licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Anne Caroline Nava Lopes.

Pinheiro-MA
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Araujo, Leila Mara Costa.

um olha histórico sobre a exclusão das mulheres negras no brasil : um olha Histórico sobre a exclusão das mulheres negras no brasil / Leila Mara Costa Araujo. - 2020.

15 p.

Orientador(a): Anne Caroline Nava Lopes.

Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2020.

1. DISCRMINIÇÃO. 2. GENERO. 3. MULHER. 4. PODER. I. Nava Lopes, Anne Caroline. II. Título.

UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A EXCLUSÃO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Leila Mara Costa Araujo¹

Resumo

O presente artigo de revisão de literatura aborda a questão de gênero sobre a exclusão da mulher negra no Brasil. A partir da explicitação do conceito de gênero relacionado as dinâmicas de poder e subjugação das mulheres parte-se para a dimensão da contextualização das formas de discriminação racial que as mulheres negras historicamente enfrentam. Em seguida, a discussão crítica da temática refere-se ao *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* com o objetivo de retratar o contexto de vida dessas mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Mulher. Discriminação. Poder.

Abstract

The present literature review article addresses the issue of gender on the exclusion of black women in Brazil. Based on the explanation of the concept of gender related to the dynamics of power and subjugation of women, we move to the dimension of contextualization of the forms of racial discrimination that black women historically face. Then, the critical discussion of the theme refers to the Dossier black women: portrait of the living conditions of black women in Brazil with the aim of portraying the context of life of these women.

Keywords: Gender. Woman. Discrimination. Power.

1. INTRODUÇÃO

*Filho de branca babujou teu seio/negrinho berrou e berrou, sinhá nenhuma amamentou. Por que não existe mãe-branca? "Mãe branca?/ora já se viu/é muito desaforo!"*²

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da UFMA, Campus de Pinheiro. E-mail: leilinharmary1296@gmail.com

² OLIVEIRA SILVEIRA *apud* COLIMA, 1982.

O presente artigo faz uma reflexão sobre a exclusão das mulheres negras e sobre a histórica desigualdade de gênero a ela associada. A metodologia empreendida foi a de pesquisa bibliográfica.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária foi o método utilizado no desenvolvimento desta investigação. Trata-se de um levantamento de bibliografia já publicada com relevância pública e com reconhecimento científico (PRODANOV; FREITAS, 2013).

É importante enfatizar que o solo teórico de discussão versa sobre os estudos de gênero e que o subsequente aporte da discussão se fundamenta no “Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil” produzido pelo IPEA (2013).

Nesse sentido, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013)³, a partir do levantamento do “Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”, observa-se que o país desenvolve de maneira insuficiente oportunidades para provocar uma significativa redução nas desigualdades raciais e de gênero. Isto pode ser atribuído à resiliência de mecanismos de reprodução de hierarquias e desigualdades sociais. Entre estes se destacam o racismo e o sexismo, que se combinam para delinear na sociedade visões que estereotipam e classificam capacidades e atributos de brancos e negros, de mulheres e homens, de modo a produzir condições diferenciadas de acesso à direitos e a oportunidades.

Partindo no que é observado na carreira profissional pública, o crescimento de mulheres negras é pequeno se considerarmos historicamente que o homem está com uma ocupação mais expressiva. O homem está sempre em vantagem por questões de padrões culturais estabelecidos pela sociedade no quais o homem é considerado mais apto a cumprir as tarefas públicas do que, por exemplo, a mulher. Dentro desse processo de naturalização e condicionantes do gênero, surgiram inquietações que justificaram a realização desse trabalho, quais sejam: historicamente, por que as mulheres negras sofrem exclusão social? Por que elas recebem salários menores? Por que as mulheres negras ainda são vítimas de práticas racistas em pleno século XXI?

No geral, entendemos que todos esses problemas têm como resultado questões estruturais de uma sociedade machista e racista. Portanto, além dos grandes desafios recorrentes ao longo de suas histórias, de suas lutas por seus direitos para gozar de uma vida mais digna e menos excludente, essas mulheres são levadas muitas vezes a engajamentos políticos e lutas coletivas.

Desse modo, racismo e machismo se entrecruzam, como destaca Ribeiro (2008, p. 01):

³ Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. - Brasília: Ipea, 2013.

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da "mãe preta", fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça, que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo. Segundo o livro *Lugar de negro*, de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, os espaços destinados à população negra são os de subcidadania. Dessa maneira, passa a existir uma ordem incontestável, homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra.

Assim, marcadas pela exclusão, discriminações e práticas racistas, a desigualdade de gênero é uma realidade persistente no Brasil e no mundo, e as consequências do impacto causada por essas desigualdades afetam negativamente a participação plena das mulheres negras na sociedade. Entendendo a relevância desse tema, empreendemos a proposta desse artigo também como uma possibilidade de dar visibilidade a esse problemática. Destaca-se que a escolha do tema é também um ato político, ao passo identificamo-nos como e com a mulher negra, refletindo criticamente, assim, sobre a importância do papel das mulheres negras na sociedade.

2. RECORTES CONCEITUAIS SOBRE GÊNERO: a exclusão das mulheres negras

Sabe-se que o termo gênero possui várias definições. Entretanto, existe um consenso muito utilizado pelo senso comum que define gênero como uma diferenciação social entre homens e mulheres, ou seja, são diferenças criadas sociais e culturalmente a partir de papéis sociais diferentes, que criam polos de dominação e submissão. Assim:

Quando falamos relações de Gênero, estamos falando de poder. À medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal (COSTA *apud* SILVA, 2008).

A categoria analítica “gênero” vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como tal situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais.

Nesse aspecto, partimos do entendimento de que o termo "gênero" é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, mas, sobretudo, representa uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Strey (2001) reforça esse entendimento dizendo que o conceito de gênero diz respeito à construção social do que é ser homem e do que é ser mulher na sociedade e as relações sociais que são permeadas por relações de poder.

Para Barsted (2004, p. 53) o “[...] gênero contribui para a compreensão dos significados da masculinidade e da feminilidade ampliado tal entendimento para além das diferenças biológicas inscritas nos corpos de homens e mulheres”. A autora complementa que:

Feminilidade e masculinidade são compreendidas nesses estudos como construções culturais que, historicamente, orientam as relações entre homens e mulheres, definem a forma como a sociedade os trata e legitimam discriminações no reconhecimento de direitos e no acesso a benefícios de políticas sociais. O conceito de gênero possibilita tornar visíveis as relações de poder entre os sexos (BARSTED, 2004, p. 53).

No mesmo raciocínio, Scott (1990) argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. Para a autora “o gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade” (SCOTT, 1990, p. 05), ou seja, aquilo que escapa à norma do que é ser feminino, é considerado anormal, deslocando-se para a margem do social.

Ao introduzir o conceito de gênero em suas pesquisas, os/as estudiosos/as tinham como intuito denunciar a dominação masculina⁴ e analisar a relação homem-mulher, bem como a desigualdade dela resultante, principalmente trazendo para a cena discussões sobre a hierarquia existente nessa relação que incidia em desvantagens para as mulheres.

A teorização do gênero também tem para Joan Scott uma segunda premissa:

O gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1990, p. 16).

Com efeito, o contexto e a demarcação dessas relações sociais de dominação e subjugação da mulher encontram sua tessitura nas dinâmicas estabelecidas pelo patriarcado.

O patriarcado, segundo Saffioti (2004), é o regime de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres. Essas relações e estruturas de poder do patriarcado contaminam toda a sociedade, pois a simples diferenciação de homem e mulher não é algo necessariamente negativo, mas o problema é a existência de um sistema de hierarquização que coloca a mulher em uma posição de subordinação.

Não bastando as relações de submissão de gênero e os efeitos negativos de uma sociedade marcada por reflexos de desigualdades pautadas no patriarcado, coexiste a

⁴ Sobre a dominação masculina, conferir: BORDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 15ª edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2011.

normatividade racial imposta como instrumento de discriminação, portanto, atingindo as mulheres negras duplamente.

Por certo, a discriminação no Brasil é pautada em pressupostos de dominação, os quais sejam: a crença de uma suposta raça biologicamente superior, a predominância do grupo branco sobre o sujeito negro e na hierarquia moldada em espaços entre superiores e inferiores.

Assim, pensando em relação à mobilidade social, as mulheres negras enfrentam mais barreiras. Em sua maioria, estão no último degrau da escala social e exercem trabalhos considerados desqualificados, de pouco valor social e de salários baixos. Todavia, no plano regulatório e legal das leis todos são considerados iguais como se efetivamente estivessem numa relação de paridade.

Enriquecendo esse debate e ampliando as reflexões, Sueli Carneiro ressalta a necessidade de se incluir a dimensão racial na temática de gênero, sobretudo, no contexto brasileiro, segundo esta autora:

Desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que os outros e, portanto, se aceita complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (CARNEIRO, 2003, p. 14).

Para Saffioti (2004), a categoria gênero se articula a outras categorias e oferece-nos uma imagem para melhorar a compreensão que aporta na noção de “nó” da qual envolve o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Esses, juntos, formam um tripé que garante a manutenção dos privilégios de uns sobre a opressão de outros.

Explorando esses nós, há uma referência obrigatória ao mito da democracia racial. Tal mito é um discurso moral o qual afirma que o racismo é nocivo, desnatural e contrário à brasilidade... Como tal, os afro-brasileiros não podem aceitá-lo nem rejeitá-lo totalmente. Eles ficam aprisionados entre a esperança e o silêncio, entre a resistência e a resignação (SHERIFF, 1993, apud HASENBALG, 1996, p. 243-244). Por esse viés, o que existia era fraternidade e relações cordiais entre brancos e negros, sem pressupostos de dominações, a não ser o que a biologia impõe, sendo a miscigenação um fator positivo que engendrou harmonização social, uma identidade nacional (FREYRE, 1998).

Nesse sentido, a ideia que os conflitos raciais do país foram resolvidos com o fim da escravidão e com o processo de mestiçagem ocorrido na história brasileira gerou o referido mito da democracia racial, que é a crença popular de que não existem raças no Brasil, portanto, que o racismo não existe. Como consequência do mito da democracia racial há a recusa no brasileiro

em reconhecer sua própria raça e, junto a isso, a ideia de que falar sobre racismo não cabe no contexto nacional. Assim, qualquer tentativa de se falar em negritude ou políticas sociais para negros é vista como uma maneira de segregar a identidade racial do Brasil, o que dificulta ainda mais o combate ao racismo (OLIVEIRA, 2019, p. 3).

Todos os detalhes correlacionados a esse mito são instrumentos de segregação e exclusão de negros e negras no Brasil. As mulheres negras enfrentam constantemente a insegurança de uma maior exposição à violência, por serem consideradas mais vulneráveis que as mulheres brancas. Por conseguinte, são as mais excluídas e inferiorizadas na sociedade e esse mito atualiza a subserviência racial, não a admitindo.

Vivenciamos um sistema político injusto, prolongado pelo período escravocrata em que se notam poucas alterações da condição de subalternização negra. Como indica Silva (2008, p. 25):

[...] A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento de sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém, com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial.

Diante disso, entende-se que reflexões como essa promovem um momento de conscientização da mulher negra, amplia a compreensão crítica do seu status social e repercute no cenário político, cultural e econômico da comunidade, iniciando uma mobilização de luta. Entendo que evidenciar o processo de marginalização que envolve essa discussão inicial é contribuir para a luta histórica das mulheres, para que não caiam no esquecimento.

A voz de mulheres negras ecoadas em vários lineares no Brasil acarreta possibilidades de maior representatividade na história de vidas negras, que vivem um retrocesso racial constante e que, como sabemos, necessitam de mudanças na construção de uma nova era, voltada para igualdade na sociedade.

Assim, é conhecendo o passado que o presente se identifica, adquiri consciência de si e se mobiliza, como argumenta Cunha (2019, p. 32):

No passado íamos das senzalas aos leitos, e hoje pretendem nos promover achando que só podemos ir da cozinha à copa. Mas isto não sucederá, só se não houver negros que sintam bem de perto a necessidade de nos movimentar para nossa reabilitação na vida social.

Na referência a esse passado ainda presente, consideramos urgente e necessária a desconstrução completa das mazelas da escravidão e de suas marcas e estigmas. É o primeiro

passo na quebra da hierarquização social erigida devido a fins relacionados a diferenças de raças, algo que dever ser estudado em seus mínimos detalhes, criando ideias para fortalecer a população negra e diretamente a mulher negra, que é a mais excluída em papéis importantes da sociedade.

2.1 RECORTES HISTÓRICOS: a difícil missão de ser mulher negra no Brasil

Na época do Brasil colônia, ser negra era ser escrava. Os negros e negras eram considerados uma propriedade, que podia ser vendida, alugada, doada, emprestada, castigada, mutilada e no caso das mulheres, e estuprada (GELEDÉS, 2012).

As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão - trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamento e estupro - as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 39).

No período do Brasil colonial, a presença da mulher negra era mais forte no comércio ambulante, onde eram designadas de “Negras de Tabuleiro”. As vendas eram quase sempre feitas por escravas a mando de seus senhores ou mulheres negras forras (ex-escravas, já alforriadas), tornando o comércio ambulante vital para o abastecimento das zonas mineradoras (PRIORE, 2017).

As escravas eram consideradas “reprodutoras”, como animais que não tinham nenhum direito legal sobre seus filhos, e que por isso podiam ser separados de suas mães tais quais bezerros separados de vacas, podendo ser vendidas em qualquer idade (DAVIS, 2016, p. 19, 20).

Após a abolição da escravatura pela Lei Áurea, o negro foi deixado à própria sorte, sem emprego, sem estudo e sem o mínimo de amparo do governo, pois não foram criadas políticas públicas para a inclusão do negro na sociedade.

Em consequência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. Assim se explica por que o clamor por medidas compulsórias – que obrigassem o ex-escravo ao trabalho e o “protegessem”, promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente (FERNANDES, 2008, p. 32).

De acordo com Fernandes (2008, p. 33), os negros não tinham muitas oportunidades de trabalho e as que tinham eram as mais modestas e menos compensadoras, logo, o único modo de crescimento social e econômico dos negros eram os serviços relacionados ao artesanato.

Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupação, de áreas de especialização econômica e de posição estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais (FERNANDES, 2008, p. 42).

A mulher negra por outro lado não encontrou muita dificuldade para se ajustar ao trabalho livre e assalariado. Já que os serviços domésticos, não envolviam a mesma degradação do “labor da roça”. Assim as condições favoreciam a estabilidade da mulher negra, como e enquanto serviçal doméstica. Nem mesmo a concorrência com os imigrantes influenciou o ajuste da mulher negra ao novo regime de trabalho (FERNANDES, 2008, p. 81):

Desde a Reconstrução até o presente, as mulheres negras empregadas em funções domésticas consideravam o abuso sexual cometido pelo “homem da casa” como um dos maiores riscos de sua profissão. Por inúmeras vezes, foram vítimas de extorsão no trabalho, sendo obrigadas a escolher entre submissão sexual e a pobreza absoluta para si mesmas e para sua família (DAVIS, 2016, p. 99).

A forte presença da mulher negra no serviço doméstico não era um simples resquício da escravidão, que iria desaparecer com o tempo. De acordo com Davis (2016, p. 98), “[...] por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar das tarefas domésticas”. Com o passar dos anos, as marcas nos homens e mulheres que descendiam de negros escravizados apareciam em novas formas e expressões de discriminações e racismo.

A história do racismo no Brasil é um fato social que acarretou diversas desigualdades para a comunidade negra. Essas desigualdades são vestígios deixados pela escravidão que ao longo da história produziram exclusão, preconceito e principalmente o racismo que é uma barreira na igualdade racial.

[...] A escravidão negra no Brasil trouxe profundas marcas a sociedade contemporânea. A ambiguidade presente no pós-abolição – ao negro não é negado o direito de ser livre, mas lhe são negadas condições dignas de vida, repetindo-se, muitas vezes, lógicas semelhantes a da escravidão-, de alguma forma, persistente nos dias de hoje meio de práticas racistas, sejam elas explícitas ou não (NUNES, 2006, p. 89).

A população branca brasileira é detentora do capital financeiro, do poder político, de melhores níveis de escolaridade, melhores remunerações, melhores condições de acesso a trabalho e estudo, maior reconhecimento profissional (JACCOUD, 2009).

As mulheres negras são excluídas, marginalizadas e enfrentam condições muito diferentes das demais. Desse modo, as negras sofrem profundamente de violência sexual, exclusão e práticas racistas que se referem aos seus corpos negros como subalternos e inferiores aos padrões brancos. A sua classe social é aquela da sexualização, do objeto de desejo e descarte.

Corroborando tal argumento histórico, Neuza Pereira, em seu texto “Vozes insurgentes negras”, afirma o seguinte:

A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimada pelos castigos da divisão da sociedade em classes. Essa divisão é a maior responsável pela campanha de difamação sofrida pela mulher negra, considerada pelos representantes dessa sociedade de classes como objeto sexual e de consumo fácil (PEREIRA, 2019, p.65).

Com efeito, se é importante refletir sobre onde estão e como estão as mulheres negras na conjuntura social contemporânea, mais importante ainda é refletir onde estiveram em toda a estrutura social enquanto mulheres. Ressalta-se que esse trabalho tem como objetivo o levantamento dessas posições e situações que atingem a história das mulheres pretas, a fim de compreender sua atual condição. Dessa forma, nos grandes ataques históricos sofridos por essas mulheres negras, que sua/nossa luta possa torna-se mais significativa em busca de inclusão social, respeito e dignidade.

3. DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: RETRATO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: visibilidade e crítica.

As desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras em relação à inserção profissional, educação, situações de violência e acesso a bens e tecnologia são temas da publicação “Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”, editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a ONU Mulheres.

No referido Dossiê, as mulheres negras são retratadas a partir de uma lógica de desigualdade por parte de uma sociedade que não é isonômica, mantendo uma relação de subjugação de gênero e de raça para essas mulheres negras que constantemente lutam por sua inserção em diversas áreas da vida social. Além disso, o Dossiê expõe falas e vivências de mulheres negras que sofrem preconceito e discriminação. Todos os relatos e histórias de vida representam um processo doloroso que caminhou para o feminismo negro que é voz ativa na busca de visibilidade para essas mulheres negras.

Além de demonstrar toda uma discussão em relação a desigualdade, o Dossiê é explorado por mulheres Negras, cada uma delas situadas em seus lugares de falas e de lutas. Um dos textos que compõem a publicação intitula-se “Transformações no Acesso ao Ensino Superior Brasileiro: algumas Implicações para os Diferentes Grupos de Cor e Sexo”, de Edilza Correia Sotero. A autora mostra que a expansão do ensino superior a partir dos anos 1990 não teve

grandes impactos na desigualdade no acesso. Embora o número de pessoas negras nesse nível de ensino tenha aumentado de forma mais acelerada que de brancos, o ponto de partida de homens e mulheres negras era muito baixo. A porcentagem de jovens brancas no ensino superior passou de 9,92% em 1995 para 23,81% em 2009. No caso de jovens negras, durante o mesmo espaço de tempo, foi de 2,37% para 9,91%.

Por conseguinte, um dos fatos discutidos é a questão de gênero que está enraizado na vida nessas mulheres negras, que lutam na ocupação ao acesso à educação por ter menos oportunidade do que uma mulher ou homem branco. Isso perpassou durante anos em um padrão escolar voltado totalmente para uma rede de educação privada de modo a privilegiar jovens de “boas famílias”, e quando se diz boa família refere-se a condição financeira e origem branca, sabendo que há um grande número de negras no Brasil que vivem em condições econômicas abaixo da pobreza e que, portanto, não fazem parte do conhecido nascimento de berço em “boas famílias”. Assim sendo, destaca-se o seguinte trecho:

Por ora, é preciso observar que, nesse contexto de elevado crescimento do ensino superior no país, e com base no que se apontou sobre este crescimento se da prioritariamente na rede privada – apesar do sensível crescimento da rede pública nos últimos anos, especialmente das universidades e dos institutos da rede federal do ensino (IPEA, 2013 p. 41).

Mesmo com a demanda de crescimento no ensino tanto privado quanto público, a mulher negra fica em uma posição abaixo do seu nível escolar, isso possui fundamento na vulnerabilidade que ela tem por ser negra e pobre, além de não fazer parte da elite seletiva considerada de alto nível pela sociedade.

Um relato notório em relação ao Dossiê é um paralelo que se tem da desigualdade na inserção da mulher negra no mercado de trabalho em uma linha de anos diferentes entre 1999 e 2002, uma visão clara do retrocesso de mulheres negras no mercado de trabalho, mesmo no crescimento do ensino no Brasil, mas os cargos mais qualificados estavam destinados às mulheres brancas, enquanto as mulheres negras tinham cargos inferiores.

Nesse sentido, as mulheres negras arcam com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero (SOARES, 2000, p. 51).

De acordo com o IPEA (2013), a participação das mulheres brancas, entre 10 a 15 anos no mercado de trabalho, caiu de 15,7% para 6,9%. No caso das mulheres negras, caiu de 19,3 para 8,3%. Ou seja, houve uma redução significativa de 11%, mas, ainda assim, as mulheres negras continuam chegando mais cedo que as mulheres brancas no mercado de trabalho. Isto,

portanto, tem impacto na trajetória profissional das mulheres negras, pois estas vivenciam mais precocemente a concorrência entre trabalho e escola, o que pode implicar para elas em prejuízo imediato, cujos danos serão provavelmente sentidos na redução de chances de melhor alocação e ascensão profissional.

Além dessas porcentagens em relação à inserção ao mercado de trabalho onde a mulher negra chega mais cedo mediante necessidade, mantendo-se naquele determinado emprego na falta de oportunidades, tem-se também a exclusão digital da população negra que luta em passos lentos contra desigualdade, seja ela de gênero, racial ou digital, frequentemente sem alfabetização digital e acesso a tecnologias informativas.

Os dados sobre exclusão digital passaram a ser pesquisados pela PNAD/IBGE a partir de 2001, contemplando a ampliação do uso e a difusão da propriedade das tecnologias de informação na sociedade brasileira. Neste quesito, em uma perspectiva material, analisa-se a posse de computador e o acesso à internet. Um dado interessante a ser analisado no futuro é a proporção de domicílios com acesso à internet por banda larga e por conexão discada, o acesso à internet por meio de celulares e o tempo de acesso.

Todo esse estudo em relação ao acesso digital reforça meios que as pessoas tenham para se qualificar na vida profissional, além de garantir mais educação nessas plataformas digitais. A importância desses recursos está clara, mas não se encontra destinada para todos. A desigualdade na distribuição e acesso faria dela exclusão para jovens negros e negras.

A exclusão digital, a exclusão do acesso e permanência no ensino, as discriminações raciais são um recorte das diferenças sociais, das desigualdades e de exclusão de gênero que ocorrem em todo Brasil e que possui preciso fundamentação histórica.

Em razão da importância que a inclusão digital tem na economia contemporânea, é necessário que medidas de inclusão das populações negras, femininas e rurais sejam tomadas com celeridade, para evitar que uma nova forma de exclusão se estabeleça sobre estes grupos e inviabilize a superação de sua fragilidade social histórica (IPEA, 2013, p. 141).

Diante desses fatos abordados, outro ponto mencionado no Dossiê foi relativo à questão da pobreza onde mulheres negras estão mais expostas por falta de políticas públicas efetivas. O Dossiê explica que mesmo aplicando programas sociais que beneficie as regiões do Brasil, como o bolsa família, com objetivo de diminuir a pobreza, ainda assim existiam famílias que chefiadas por mulheres negras que eram extremamente pobres e miseráveis quando comparadas com famílias brancas.

O discurso sobre a feminização reificada como um fato e vinculada diretamente com a focalização na chefia feminina dos lares reforça os diagnósticos acerca da pobreza (como fenômeno) como um problema social isolado de suas causas estruturais e desvinculado do mercado de trabalho (AGUILAR, 2011, p. 130).

O Dossiê aponta que, normalmente, empregos oferecidos para mulheres negras eram de doméstica, ou pequenos cargos que não supria a necessidade da sua família, sendo que essas mulheres geralmente são chefes de família, mães solteiras e que possuíam em média entre 3 e 5 filhos.

Com efeito, a mulher negra é tão excluída na sociedade brasileira, que até a agressão física se torna padrão relacionado a raça e cor em torno da taxa de crescimento alta. A mulher negra vive em uma zona de maior vulnerabilidade por sua cor e pobreza, enquanto a taxa de violência contra mulher branca é bem mais baixa. Destacamos o seguinte trecho:

Uma compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres que leve em consideração a interseccionalidade de gênero, classe social e raça e se comprometa com a promoção dos direitos humanos das mulheres negras sugere uma agenda de pesquisa e intervenções no campo do Estado muito mais ampla, que capture as várias tramas, como o contexto urbano, a violência sexual, a relação entre patriarcado e racismo, as explorações da imagem da mulher negra na mídia e os estereótipos (IPEA, 2013, p. 155).

Por fim, cada história envolvendo as mulheres negras retratadas no Dossiê remete a uma busca por mudanças que priorizem os estados físicos, emocionais, educacional e profissional delas, quebrando, dessa forma, os estigmas no modo de ver a mulher negra apenas pela sua cor, reconhecendo que a capacidade do outro não se limita ao gênero, à raça e fenótipos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizado sobre a exclusão das mulheres negras no Brasil, no enfrentamento da discriminação de gênero e de raça, trouxe muitos questionamentos e reflexões sobre esse grupo social e seus enfrentamentos históricos sobre a marginalização ao qual foram submetidos e ainda são.

É muito importante, inclusive no campo acadêmico, a desconstrução tanto dos estereótipos quanto da desumanização criados e alimentados para a mulher negra em nossa sociedade desde o período escravista, gerando um estigma social e histórico que reproduz as desigualdades.

Entendemos que o conhecimento é um instrumento de luta e pode contribuir para o combate ao racismo, sexismo e violência contra a mulher negra, para que a população negra

possa se integrar na sociedade de forma igualitária, com direito à dignidade humana e acesso aos bens materiais e simbólicos; lembrando que as mulheres negras têm uma luta ainda mais difícil porque precisam vencer o preconceito de raça, gênero e classe e mesmo as dificuldades de acesso à universidade, reconhecendo que a sociedade brasileira fora fundada num mito de democracia racial que ocultou o racismo, negando-o.

Logo, esse trabalho é um instrumento de luta que visa demonstrar a condição das mulheres pretas, procurando localizar no tempo social e histórico as origens dessa situação, e mais ainda, refletindo sobre a condição atual da negra na sociedade atual, definindo a intersecção entre gênero, raça e sexo como conceitos de análise.

Por fim, consideramos necessário o permanente exercício das reflexões e discussões sobre o tema, para que, através do empoderamento das mulheres negras, essas possam ser reconhecidas como potências capazes de transformar a sociedade em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A.; MEIRELLES, R. L. **Mulheres e homens em ocupação de DAS na Administração Pública Federal**. Brasília: Ipea, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1999.

BARSTED, Leila Linhares; PIGANGUY, Jaqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CARNEIRO, S. **Mulheres Negras, Violência e Pobreza. Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero: construindo políticas públicas**. Programa de Prevenção, assistência e combate à Violência contra a Mulher, SPM, Brasília, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora. Globo, 2008.

FIRMINO, C. R.; SILVA, F. H. E.; VIANA, P. H. P. C. Desigualdades de gênero no serviço público federal. In: **CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA**, 8., 2015, Brasília. Anais.

GELEDÉS. **A História da Escravidão Negra no Brasil**. 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>> . Acesso em: 04 nov. 2020.

IPEA. **Dossiê das Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. 2013. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978>. Acesso em: 28 out. 2020.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil**: tentativas de disfarce de uma violência explícita. Faculdade Taboão da Serra. São Paulo. Psicologia USP, 2006.

OLIVEIRA, D. C.; SOUZA, L. **Gênero e violência conjugal**: concepções de psicólogos. Estudos e pesquisa em psicologia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 34-50, dez. 2006.

OLIVEIRA, B C. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Revista Saúde debate**, vol.43, nº.122. Rio de Janeiro July/Sept. 2019. Epub Nov. 25; 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Universidade FEVALE, Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>> Acesso em: 06 dez. 2020.

FREYRE, Gilberto de Melo. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Ed. 34. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras**: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Rev. Estud. Fem.** vol.16 nº 3. Florianópolis, 2008.

SILVA, M.A. **Dominação, ocultamento e resistência**: relações de raça, classe e gênero no Brasil. São Paulo: DCE –livre da USP, 2002.

SAFFIOTI, Heleith. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, Carla da. **A Desigualdade Imposta Pelos Papeis de Homem e Mulher**: Uma Possibilidade de Construção da Igualdade de Gênero. 2008.

STREY, Marlene Neves. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In. **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. STREY, Marlene N. AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de e JAEGGER, Fernanda Pires (orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.